

PRINCÍPIOS GERAIS

- Premiar e reconhecer as competências;
- Ajustar a categoria dos árbitros ao nível da intervenção prática;
- Motivar a formação e actualização de conhecimentos;
- Reconhecer as atitudes desportivas e socialmente correctas;

1. APLICAÇÃO

Estas normas aplicam-se a todas as etapas do Circuito Nacional de Voleibol de Praia, bem como a provas internacionais cuja responsabilidade da nomeação seja da FPV.

2. CIRCUITO NACIONAL DE VOLEIBOL DE PRAIA

2.1. Entidades Nomeadoras

a) Árbitros

Conselho de Arbitragem da F.P.V. (C.A.)

- ✓ Etapas masculinas
- ✓ Etapas femininas
- ✓ Etapas masculinas e femininas de Sub's (23-21-19-17)

Comissões Regionais de Arbitragem (C.R.A.'s)

- ✓ Etapas masculinas e femininas de Sub's (23-21-19-17)

Nota: por delegação do C.N.A. e na área ou o mais próximo da área da C.R.A.

b) Marcadores e Juizes de Linha

Conselho de Arbitragem da F.P.V. (C.A.)

- ✓ Etapas masculinas e/ou femininas

2.2. Critérios de Nomeação

- Mérito (níveis de dificuldade do jogo versus competências técnico-disciplinares);
- Gestão de recursos (humanos e financeiros);
- Níveis de empenho (participação em reuniões e acções de reciclagem promovidas pelo CA, disponibilidade, cooperação em projectos, etc.);
- Equidade nas oportunidades na medida dos graus de competência e exigência envolvidos;
- Comportamento e atitude sócio-desportiva em relação à modalidade;
- A distribuição das nomeações far-se-á, de acordo com o seguinte princípio e ordem:

a) Árbitros

Etapas masculinas

- 4 árbitros, sendo, no mínimo, 2 internacionais;

Etapas masculinas e femininas (em simultâneo)

- 6 árbitros, sendo no mínimo, 3 internacionais;

b) Marcadores e Juizes de Linha (Etapas masculinas)

- 4 marcadores (árbitros nacionais, regionais e estagiários sem o curso de árbitros de Voleibol de Praia

Nota: árbitros pertencentes aos quadros da C.R.A. da área em que se disputa a prova

c) Marcadores e Juizes de Linha (Etapas masculinas e femininas em simultâneo)

- 5 marcadores (árbitros nacionais, regionais e estagiários sem o curso de árbitros de Voleibol de Praia

Nota: árbitros pertencentes aos quadros da C.R.A. da área em que se disputa a prova

2.3. Delegação de Competências

- 1) O C.A. pode, por razões justificadas, delegar definitiva ou temporariamente nas Associações, nomeações para algumas fases de campeonatos nacionais;
- 2) A delegação é atribuída à C.R.A. da Associação da área ou da área mais próxima em que se disputa a Etapa;
- 3) Nesta situação as C.R.A.'s apenas poderão nomear árbitros do seu próprio quadro de árbitros;
- 4) Uma C.R.A. poderá nomear para jogos noutra Associação se tal for acordado entre as C.R.A.'s e o C.A.;
- 5) As C.R.A.'s deverão enviar sempre ao C.A. os mapas das nomeações efectuadas antes da realização dos jogos. Se tal não acontecer os árbitros não serão considerados nomeados.

3. NOMEAÇÕES PARA OUTRAS PROVAS DA F.P.V.

As nomeações para as provas oficiais da F.P.V. não regulares serão feitas pelo Conselho de Arbitragem de acordo com critérios próprios e ajustados à prova em questão.

4. COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS FIVB E CEV (QUOTA NACIONAL)

4.1. Entidades Nomeadoras

a) Árbitros, Marcadores e Juízes de Linha

Conselho de Arbitragem da F.P.V. (C.A.)

4.2. Critérios de Nomeação

a) Árbitros

- Árbitros Internacionais de Voleibol de Praia;
- Árbitros Nacionais de Voleibol de Praia;
- Árbitros Nacionais de Voleibol;

b) Marcadores e Juízes de Linha

- Árbitros Nacionais de Voleibol;
- Árbitros Regionais de Voleibol;
- Árbitros Estagiários de Voleibol;

NOTA IMPORTANTE: O Marcador deve dominar o Inglês (língua oficial FIVB)

5. REVOGAÇÃO

Esta norma revoga documentos avulsos existentes